

# Diário do Legislativo de 21/05/2003

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

## LIDERANÇAS

### 1) LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL

PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PPS/PRTB/PSB E PV):

Líder: Deputado Antônio Carlos Andrada (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Carlos Pimenta (PDT), Neider Moreira (PPS) e Gustavo Valadares (PRTB)

### 2) LIDERANÇA DO BLOCO PT/PC do B:

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputadas Jô Moraes (PC do B) e Maria Tereza Lara (PT)

### 3) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Deputado Dinis Pinheiro

Vice-Líder: Deputados Jayro Lessa e Alberto Bejani

### 4) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Ivair Nogueira

Vice-Líder: Deputado Chico Rafael

### 5) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Deputado Arlen Santiago

Vice-Líder: Deputado Fábio Avelar

### 6) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados Bonifácio Mourão (PSDB); José Milton (PL), Paulo Piau (sem partido)

### 7) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Deputado Miguel Martini (PSB)

### 8) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Chico Simões (PT)

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente  
Domingos Sávio

Deputado Dalmo BPSB Vice-Presidente  
Ribeiro Silva

Deputado Carlos BPSB  
Pimenta

Deputado PMDB  
Leonardo  
Quintão

Deputada Jô Bloco  
Moraes PT/PC do  
B

Deputado Chico PMDB  
Rafael

Deputado Dinis PL  
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Alencar da BPSB  
Silveira Jr.

Deputado Dimas Fabiano PP

Deputado Ermano Batista BPSB

Deputado João Bittar PL

Deputado Roberto Bloco PT/PC do  
Carvalho B

Deputado José Henrique PMDB

Deputado Leonardo PL  
Moreira

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João PL Presidente  
Bittar

Deputado PMDB Vice-Presidente  
Gilberto Abramo

Deputado Zé BPSB  
Maia

Deputada Cecília Bloco  
Ferramenta PT/PC do  
B

Deputado Olinto BPSB  
Godinho

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro BPSP  
Silva

Deputado José Henrique PMDB

Deputada Ana Maria BPSP

Deputado André Quintão Bloco PT/PC do  
B

Deputado Fábio Avelar PTB

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião PFL Presidente  
Navarro Vieira

Deputado Durval Bloco PT/PC Vice-Presidente  
Ângelo do B

Deputado Gustavo BPSP  
Valadares

Deputado Ermano BPSP  
Batista

Deputado Paulo Piau PP

Deputado Gilberto PMDB  
Abramo

Deputado Leonardo PL  
Moreira

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro BPSP  
Silva

Deputado Weliton Prado Bloco PT/PC do  
B

Deputado Miguel Martini BPSP

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado Márcio Passos PL

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Dinis Pinheiro PL

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Lúcia PTB Presidente  
Pacífico

Deputada Vanessa BPSP Vice-Presidente

Lucas

Deputado Dimas PP  
Fabiano

Deputada Maria Bloco  
Tereza Lara PT/PC do B

Deputado Antônio PMDB  
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fábio Avelar PTB

Deputado Miguel Martini BPSP

Deputado Antônio Genaro PL

Deputada Jô Moraes Bloco PT/PC do  
B

Deputado Chico Rafael PMDB

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Bloco Presidente  
Ângelo PT/PC do B

Deputado Roberto PL Vice-Presidente  
Ramos

Deputado Mauro BPSP  
Lobo

Deputado Roberto Bloco  
Carvalho PT/PC do B

Deputado Célio PL  
Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Marília Campos Bloco PT/PC do  
B

Deputado Alberto Bejani PL

Deputado Fahim Sawan BPSP

Deputado Ricardo Duarte Bloco PT/PC do  
B

Deputado Sidinho do PL  
Ferrotaco

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente

Adalclever Lopes

Deputada Ana Maria BPSP Vice-Presidente

Deputado Dalmo BPSP  
Ribeiro Silva

Deputado Weliton Bloco  
Prado PT/PC do B

Deputado Leonídio PTB  
Bouças

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Chico Rafael PMDB

Deputado Gustavo BPSP  
Valadares

Deputado Alberto Bejani PL

Deputada Maria Tereza Bloco PT/PC do  
Lara B

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ermano BPSP Presidente  
Batista

Deputado Jayro PL Vice-Presidente  
Lessa

Deputado BPSP  
Sebastião  
Helvécio

Deputado Irani PL  
Barbosa

Deputado Gil PP  
Pereira

Deputado Chico Bloco  
Simões PT/PC do B

Deputado José PMDB  
Henrique

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado José Milton PL

Deputado Mauro Lobo BPSP

Deputado Leonardo PMDB  
Quintão

Deputado Márcio Passos PL

Deputado Rogério Correia Bloco PT/PC do  
B

Deputado Ivair Nogueira PMDB

#### COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria Bloco Presidente  
José Haueisen PT/PC  
do B

Deputado BPSB Vice-Presidente  
Doutor Ronaldo

Deputado PL  
Márcio Passos

Deputado José PL  
Milton

Deputado Fábio PTB  
Avelar

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino Bloco PT/PC do  
Augusto B

Deputado Miguel Martini BPSB

Deputado Elmiro PFL  
Nascimento

Deputado Sidinho do PL  
Ferrotaco

Deputada Lúcia Pacífico PTB

#### COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PFL Presidente  
Doutor Viana

Deputado Padre Bloco Vice-Presidente  
João PT/PC  
do B

Deputado Luiz BPSB  
Humberto  
Carneiro

Deputado BPSB  
Alencar da  
Silveira Jr.

Deputado PMDB  
Gilberto  
Abramo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Piau PP

Deputada Maria José Bloco PT/PC do B  
Haueisen

Deputada Ana Maria BPSP

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado Bonifácio BPSP  
Mourão

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria BPSP Presidente  
Olívia

Deputado PL Vice-Presidente  
Antônio Genaro

Deputado BPSP  
Doutor Ronaldo

Deputado BPSP  
Djalma Diniz

Deputado Bloco  
Laudelino PT/PC  
Augusto do B

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Miguel Martini BPSP

Deputado Dimas Fabiano PP

Deputado Alencar da BPSP  
Silveira Jr.

Deputado Fahim Sawan BPSP

Deputado Durval Ângelo Bloco PT/PC do B

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bloco Presidente  
Ricardo Duarte PT/PC  
do B

Deputado Fahim BPSP Vice-Presidente  
Sawan

Deputado BPSP  
Neider Moreira

Deputado PFL  
Doutor Viana

Deputado João PL  
Bittar

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Chico Simões Bloco PT/PC do  
B

Deputado Doutor Ronaldo BPS

Deputado Carlos Pimenta BPS

Deputado Alberto Bejani PL

Deputado Leonardo PMDB  
Quintão

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente  
Sargento  
Rodrigues

Deputado PL Vice-Presidente  
Alberto Bejani

Deputado Olinto BPS  
Godinho

Deputado Bloco  
Rogério Correia PT/PC  
do B

Deputado PL  
Leonardo  
Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BPS

Deputado Roberto Ramos PL

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Biel Rocha Bloco PT/PC do  
B

Deputado Célio Moreira PL

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio PL Presidente  
Moreira



Deputada Bloco Vice-Presidente  
Marília Campos PT/PC  
do B

Deputado Ana BPSP  
Maria

Deputado PP  
Pinduca Ferreira

Deputado André Bloco  
Quintão PT/PC  
do B

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jayro Lessa PL

Deputado Padre João Bloco PT/PC do  
B

Deputado Paulo César BPSP

Deputado Dimas Fabiano PP

Deputada Maria José Bloco PT/PC do  
Haueisen B

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil PP Presidente  
Pereira

Deputado Adalclever PMDB Vice-Presidente  
Lopes

Deputado BPSP  
Djalma Diniz

Deputado Bloco  
Laudelino PT/PC  
Augusto do B

Deputado PL  
Sidinho do  
Ferrotaco

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dimas Fabiano PP

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Paulo César BPSP

Deputada Cecília Bloco PT/PC do  
Ferramenta B

Deputado Célio Moreira PL

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Henrique	José PMDB	Presidente
Deputado Nascimento	Elmiro PFL	Vice-Presidente
Deputado César	Paulo BPSB	
Deputado Rocha	Biel Bloco PT/PC do B	
Deputado Bouças	Leonídio PTB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Abramo	Gilberto PMDB
Deputado Navarro Vieira	Sebastião PFL
Deputado Valadares	Gustavo BPSB
Deputado Augusto	Laudelino Bloco PT/PC do B
Deputado Arlen Santiago	PTB

SUMÁRIO

1 - RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

2 - ATAS

2.1 - Reunião de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

Adalclever Ribeiro Lopes (PMDB)

\* Adalclever Lopes

Adelmo Carneiro Leão (PT)

\* Adelmo Carneiro Leão

Alberto Pinto Coelho Júnior (PP)

\* Alberto Pinto Coelho

Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)

\* Alencar da Silveira Jr.

Ana Maria Resende Vieira (PSDB)

\*Ana Maria

André Quintão Silva (PT)

\*André Quintão

Antônio Carlos Doorgal de Andrada (PSDB)

\* Antônio Carlos Andrada

Antônio Eustáquio Andrade Ferreira (PMDB)

\* Antônio Andrade

Antônio Genaro Oliveira (PL)

\* Antônio Genaro

Antônio Júlio de Faria (PMDB)

\* Antônio Júlio

Arlen de Paulo Santiago Filho (PTB)

\* Arlen Santiago

Carlos Alberto Bejani (PL)

\* Alberto Bejani

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PDT)

\* Carlos Pimenta

Célio de Cássio Moreira (PL)

\* Célio Moreira

Dalmo Roberto Ribeiro Silva (PSDB)

\* Dalmo Ribeiro Silva

Dilzon Luiz de Melo (PTB)

\* Dilzon Melo

Dimas Fabiano Toledo Junior (PP)

\* Dimas Fabiano

Dinis Antônio Pinheiro (PL)

\* Dinis Pinheiro

Djalma Florêncio Diniz (PSDB)

\* Djalma Diniz

Domingos Sávio (PSDB)

\* Domingos Sávio

Durval Ângelo Andrade (PT)

\* Durval Ângelo

Elmiro Nascimento (PFL)

\* Elmiro Nascimento

Ermano Batista Filho (PSDB)

\* Ermano Batista

Fábio Lúcio Rodrigues Avelar (PTB)

\* Fábio Avelar

Fahim Miguel Sawan (PSDB)

\* Fahim Sawan

Francisco de Assis Simões Thomaz (PT)

\* Chico Simões

Francisco Rafael Gonçalves (PMDB)

\* Chico Rafael

Gabriel dos Santos Rocha (PT)

\* Biel Rocha

George Hilton dos Santos Cecílio (PL)

\* Pastor George

Gilberto Aparecido Abramo (PMDB)

\* Gilberto Abramo

Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes (PP)

\* Gil Pereira

Gustavo da Cunha Pereira Valadares (PRTB)

\* Gustavo Valadares

Irani Vieira Barbosa (PL)

\* Irani Barbosa

Ivair Nogueira do Pinho (PMDB)

\* Ivair Nogueira

Jayro Luiz Lessa (PL)

\* Jayro Lessa

João Bittar Júnior (PL)

\* João Bittar

João Carlos Siqueira (PT)

\* Padre João

José Alves Viana (PFL)

\* Doutor Viana

José Bonifácio Mourão (PSDB)

\* Bonifácio Mourão

José de Freitas Maia (PSDB)

\* Zé Maia

José Henrique Lisboa Rosa (PMDB)

\* José Henrique

José Miguel Martini (PSB)

\* Miguel Martini

José Milton de Carvalho Rocha (PL)

\* José Milton

Laudelino Augusto dos Santos Azevedo (PT)

\* Laudelino Augusto

Leonardo Fernandes Moreira (PL)

\* Leonardo Moreira

Leonardo Lemos Barros Quintão (PMDB)

\* Leonardo Quintão

Leonídio Henrique Corrêa Bouças (PTB)

\* Leonídio Bouças

Lúcia Maria dos Santos Pacífico Homem (PTB)

\* Lúcia Pacífico

Luiz Fernando Ramos Faria (PSDB)

\* Luiz Fernando Faria

Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

\*Luiz Humberto Carneiro

Márcio Almeida Passos (PL)

\* Márcio Passos

Maria Cecília Ferreira Delfino (PT)

\* Cecília Ferramenta

Maria do Socorro Jô Moraes Vieira (PC do B)

\* Jô Moraes

Maria José Haueisen Freire (PT)

\* Maria José Haueisen

Maria Olívia de Castro e Oliveira (PSDB)

\* Maria Olívia

Maria Tereza Lara (PT)

\* Maria Tereza Lara

Marília Aparecida Campos (PT)

\* Marília Campos

Mauri José Torres Duarte (PSDB)

\* Mauri Torres

Mauro Lobo Martins Júnior (PSB)

\* Mauro Lobo

Neider Moreira de Faria (PPS)

\* Neider Moreira

Olinto Dias Godinho (PSDB)

\* Olinto Godinho

Paulo César de Freitas (PRTB)

\* Paulo Cesar

Paulo Piau Nogueira (PP)

\* Paulo Piau

Pedro Ivo Ferreira Caminhas (PP)

\* Pinduca Ferreira

Rêmolo Aloise (PL)

\* Rêmolo Aloise

Ricardo Duarte (PT)

\* Ricardo Duarte

Roberto Francisco Ramos (PL)

\* Roberto Ramos

Roberto Vieira de Carvalho (PT)

\* Roberto Carvalho

Rogério Correia de Moura Baptista (PT)

\* Rogério Correia

Ronaldo João da Silva (PDT)

\* Doutor Ronaldo

Sebastião Helvécio Ramos de Castro (PDT)

\* Sebastião Helvécio

Sebastião Navarro Vieira Filho (PFL)

\* Sebastião Navarro Vieira

Sidney Antônio de Sousa (PL)

\* Sidinho do Ferrotaco

Vanessa de Oliveira Dias (PSDB)

\* Vanessa Lucas

Wanderley Geraldo de Ávila (PPS)

\* Wanderley Ávila

Washington Fernando Rodrigues (PDT)

\*Sargento Rodrigues

Weliton Fernandes Prado (PT)

\*Weliton Prado

Em 16/5/2003

Observação: nome parlamentar indicado por asterisco.

Republicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.

## ATAS

### ATA DA 7ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde, em 8/5/2003

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ricardo Duarte, Fahim Sawan, Doutor Viana, Neider Moreira e Carlos Pimenta, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ricardo Duarte, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência solicita ao Deputado Fahim Sawan que proceda à leitura da seguinte correspondência: ofícios do Secretário da Saúde, encaminhando o cronograma da segunda distribuição do ano de 2003 dos medicamentos constantes do Plano Estadual de Assistência Farmacêutica Básica; dos Srs. Javert Rodrigues e Clóvis Figueiredo Sette Bicalho, solicitando o apoio institucional e financeiro desta Comissão para o XIII Fórum Internacional e Psicanálise - IFPS -, cujo tema será " As Múltiplas Faces da Perversão", no período de 24 a 28/8/2004; da HEMOMINAS, versando sobre o Projeto de Lei nº 331/2003, do Deputado Neider Moreira. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Presidência solicita ao Deputado Doutor Viana que proceda à leitura de seu parecer sobre o Projeto de Lei nº 44/2003, em 1º turno, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 2 e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Submetido a discussão e a votação, o parecer é aprovado. A seguir, o Presidente passa a palavra ao Deputado Neider Moreira para proceder à leitura de seu parecer sobre o Projeto de Lei nº 93/2003, em 1º turno, mediante o qual conclui pela rejeição da matéria. Fazem uso da palavra para discutir todos os parlamentares presentes. Submetido a votação, o parecer é aprovado. Passa-se à 3ª fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 76/2003 (relator: Deputado Fahim Sawan ); 228/2003 (relator: Deputado Doutor Viana); 248/2003 (relator: Deputado Neider Moreira); submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 416, 429, 447, 456 e 505/2003. Em seguida passa-se à discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos: do Deputado Sargento Rodrigues, em que solicita sejam convidados o Comandante-Geral da PMMG, o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar, o Diretor de Saúde e a Presidente da Junta Central de Saúde, para que relatem a esta Comissão as providências que, porventura, tenham sido tomadas em decorrência da audiência pública realizada em 30/5/2001 para tratar da Resolução nº 3.444, de 1998, e do sistema de saúde dos militares estaduais; da Deputada Jô Moraes, em que solicita realização de audiência pública com a finalidade de se discutirem os serviços de urgência e emergência na Região Metropolitana de Belo Horizonte; do Deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja enviado ofício ao Secretário de Ciência e Tecnologia reivindicando a conclusão dos serviços de reforma e ampliação do Hospital Universitário da UNIMONTES, que se encontram paralisados; do Deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja enviado ofício ao Secretário da Saúde com pedido de credenciamento do CTI neonatal da Santa Casa de Montes Claros, que se encontra instalado e pronto para funcionamento; do Deputado Durval Ângelo, em que solicita realização de audiência pública com a finalidade de se discutir e debater o tratamento da doença conhecida como "obesidade classe III", tendo em vista a gravidade da constatação do crescimento vertiginoso da população de obesos, fato que, associado ao desrespeito aos diretores dos portadores da doença, vem causando preocupação de vários órgãos do poder público e de organizações mundiais ligadas às questões de saúde; do Deputado Rogério Correia, em que solicita sejam convidados a Presidente do Sindicato dos Servidores do IPSEMG e o Diretor da Coordenação Sindical para a reunião conjunta da Comissões de Saúde, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, com a finalidade de se discutir, analisar e emitir parecer sobre a real situação do IPSEMG, após a aprovação da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002; do Deputado Paulo Piau, em que solicita realização de audiência pública para discutir, com os convidados que menciona, a parceria público/privado - PPP - e a responsabilidade social da FIEMG na prevenção do câncer de mama; do Deputado Márcio Passos, em que solicita realização de audiência pública para se averiguar o motivo por que foi transformado em um centro administrativo que abriga vários órgãos municipais, estaduais e federais um prédio construído para funcionar como hospital; do Deputado Fahim Sawan, em que solicita a realização de audiência pública para se discutirem, com os convidados que menciona, os procedimentos adotados na Campanha Nacional de Prevenção do Câncer de Mama; do Deputado Fahim Sawan, em que solicita seja enviado ofício ao Secretário Estadual de Saúde, solicitando a inclusão, entre os procedimentos autorizados pelo SUS, de cirurgia de redução de estômago nos casos de obesidade mórbida, do Deputado Fahim Sawan, em que solicita voto de congratulações com a Organização dos Amigos Solidários à Infância e à Saúde - OÁSIS - pelos relevantes serviços prestados à sociedade; do Deputado Fahim Sawan, em que solicita seja formulado apelo à Presidente da HEMOMINAS, de verificar a possibilidade de viabilizar uma unidade de atendimento para coleta e Banco de Sangue - HEMOMINAS -, no município de Santa Juliana; do Deputado Ricardo Duarte, em que solicita seja enviado ofício ao Superintendente de Vigilância Sanitária do Estado e ao Prefeito do Município de Itaobim, solicitando que sejam tomadas as providências cabíveis com relação à denúncia do Sr. Elias Antônio da Luz, protocolada no Centro de Atendimento ao Cidadão - CAC; do Deputado Ricardo Duarte, em que solicita audiência pública para, com os convidados que menciona, discutir o tema: "Alcool e outras Drogas". Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2003.

ATA DA 5ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Segurança Pública, em 12/5/2003

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Alberto Bejani, Sargento Rodrigues e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Alberto Bejani, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir o Sr. Edilberto Tadeu Rodrigues, Delegado no Município de Santos Dumont, e a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 46/2003 no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, (relator: Deputado Sargento Rodrigues). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 591, 593 e 604/2003. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Alberto Bejani, em que solicita seja enviado ofício aos Srs. Otto Teixeira Filho, Chefe de Polícia Civil, e Nedens Ulisses, Procurador-Geral de Justiça, encaminhando documentação obtida por esta Comissão com o pedido de que sejam retomadas as investigações relativas às denúncias apresentadas pelo Sr. André Padilha, Promotor de Justiça de Ubá, os quais envolvem o Sr. Edson Paschoalini Gazolla, Delegado daquela cidade. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir o convidado e concede a palavra ao Deputado Alberto Bejani, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, a Presidência passa a palavra ao convidado, para que faça sua exposição. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e do convidado, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2003.

Sargento Rodrigues, Presidente.

ATA DA 8ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Administração Pública, em 13/5/2003

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Domingos Sávio, Dalmo Ribeiro Silva, Carlos Pimenta, Jô Moraes e Leonardo Quintão. Estão presentes, também, os Deputados Roberto Ramos e Célio Moreira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Domingos Sávio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o possível descumprimento da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93, nas permissões concedidas pelo DER-MG aos taxistas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, bem como as implicações socioeconômicas dessas permissões; e a apreciar a matéria constante na pauta. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir convidados que discorrerão sobre o assunto supracitado. Registra-se a presença dos Srs. Marcial Vieira de Souza, Promotor de Justiça; Luiz Otávio Mota Valadares, Diretor de Transporte Metropolitano do DER-MG; Carlos Alberto Calixto, Presidente do Comitê Executivo da AMBEL; Gilmar de Freitas Soares, Presidente da Coopertramo Rádio Táxi; Izaías Pereira, Presidente do SINCAVIR; e Bruno Bugarelli Albergaria Kneip, Coordenador do PROCON-BH, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Leonardo Quintão, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Logo após, o Presidente verifica de plano a ausência de quórum para a apreciação da matéria constante na pauta. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2003.

Domingos Sávio, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Jô Moraes.

## ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 37ª reunião ordinária, em 21/5/2003

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Requerimento nº 205/2003, do Deputado Leonardo Quintão, solicitando ao Secretário de Desenvolvimento Social e Esportes informações sobre o Programa de Proteção à Testemunha - PRO-VITA, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.



Requerimento nº 207/2003, do Deputado Leonardo Quintão, solicitando ao Secretário de Desenvolvimento Social e esportes informações sobre os recursos destinados às entidades carentes, de assistência social, filantrópicas e de interesse público, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 243/2003, da Comissão de Segurança Pública, solicitando ao Secretário da Fazenda o envio a esta Casa de documentos relativos à arrecadação e à aplicação das taxas destinadas à segurança pública para os exercícios financeiros de 2001 e 2002, especificando as execuções orçamentárias respectivas. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 256/2003, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando ao Dr. Alan de Freitas Passos, legista do Instituto Médico Legal, informações sobre o número de ossadas não identificadas sob a guarda daquele Instituto, bem como a coleta de material e realização de exames de DNA, buscando identificá-las. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 278/2003, do Deputado Chico Simões, solicitando ao Presidente da CEMIG informações sobre o processo que visa à desativação de agências de atendimento da empresa em diversos municípios do interior do Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 314/2003, do Deputado Ricardo Duarte, solicitando ao Governador do Estado informações sobre as propostas do atual Governo acerca da UEMG, em especial a perspectiva para aplicação de recursos financeiros durante a sua gestão e a relação das fundações agregadas com a implantação da Universidade. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 318/2003, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando à Corregedoria de Polícia Civil informações sobre a apuração de denúncias recebidas pela Ouvidoria de Polícia, quanto à prática de tortura e abuso de autoridade por parte do Delegado titular da Delegacia de Polícia de São Gonçalo do Sapucaí e demais policiais civis lotados naquela Delegacia, bem como na cadeia pública de Três Corações. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 367/2003, da Comissão de Turismo, solicitando ao Presidente da Fundação João Pinheiro o envio a esta Casa dos documentos relativos às denúncias apresentadas em reunião desta Comissão, conforme cópia de requerimento anexo, sobre os danos ao potencial turístico de Coronel Fabriciano, que se encontra ameaçado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 373/2003, da Comissão de Saúde, solicitando ao Secretário da Saúde informações sobre a regularização do pagamento dos prestadores de serviços médicos de alta complexidade, que tiveram seus recursos reduzidos devido à suspensão do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação pelo atual Governo Federal. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 378/2003, do Deputado Dinis Pinheiro, solicitando ao Comandante do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais informações sobre o não-atendimento a vítimas na Lagoa da PETROBRAS, localizada no Município de Ibitité. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

## 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 683/2003, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre o Fundo de Apoio Habitacional da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 9/2003, do Deputado Leonardo Quintão, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados nos contratos de serviços terceirizados e fornecimento em que participa a administração pública do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 33/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza a veiculação de publicidade no encosto de cabeça das poltronas dos ônibus intermunicipais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 96/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre certidões emitidas por repartições públicas do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação, com a Emenda nº 1, que apresenta ao Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 116/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que proíbe depósito prévio para internamento em hospitais públicos e privados e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 9h30min do dia 21/5/2003

## 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 189/2003, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 286/2003, do Deputado Dinis Pinheiro.

Requerimentos nºs 647/2003, do Deputado Gil Pereira; 648/2003, do Deputado Biel Rocha; 654/2003, dos Deputados Chico Simões e Cecília Ferramenta; 663/2003, do Deputado Laudelino Augusto; 669/2003, da Deputada Ana Maria; 678, 679 e 681/2003, do Deputado Leonardo Quintão; 685 e 691/2003, do Deputado Weliton Prado; 687/2003, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10 horas do dia 21/5/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 104 e 105/2003, da Deputada Lúcia Pacífico; 296/2003, do Deputado Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 670/2003, da Deputada Ana Maria; 680/2003, do Deputado Leonardo Quintão.

Finalidade: ouvir convidados para obter informações sobre as metas do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - e sobre as Diretrizes Orçamentárias - LDO -, em especial com relação ao Norte de Minas, e avaliar os resultados obtidos com a reforma administrativa, implementada com base na Resolução nº 5.210, de 2002.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, a realizar-se às 10 horas do dia 21/5/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 245 e 269/2003, do Deputado Paulo Piau.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 14h30min do dia 21/5/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 586/2003, do Deputado Leonardo Quintão; 588/2003, da Deputada Ana Maria; 675/2003, do Deputado Doutor Viana; 683/2003, do Deputado Paulo Piau; 690/2003, da Deputada Cecília Ferramenta.

Finalidade: apreciar matéria constante da pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da Comissão Especial dos Convênios com a União, a realizar-se às 15 horas do dia 21/5/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 214/2003, do Deputado José Milton.

Requerimentos nºs 603/2003, do Deputado José Henrique; 615/2003, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 662/2003, do Deputado Doutor Viana; 673/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 676/2003, do Deputado Fahim Sawan.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### Edital de Convocação

#### Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 21/5/2003, destinadas, a primeira, I - à apreciação dos Requerimentos nºs 205/2003, do Deputado Leonardo Quintão, solicitando ao Secretário de Desenvolvimento Social e Esportes informações sobre o Programa de Proteção à Testemunha, com as especificações que menciona; 256/2003, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando ao Dr. Alan de Freitas Passos, legista do Instituto Médico Legal, informações sobre o número de ossadas não identificadas sob a guarda daquele Instituto, bem como a coleta de material e realização de exames de DNA, buscando identifica-las; 278/2003, do Deputado Chico Simões, solicitando ao Presidente da CEMIG informações sobre o processo que visa à desativação de agências de atendimento da empresa em diversos municípios do interior do Estado; 314/2003, do Deputado Ricardo Duarte, solicitando ao Governador do Estado, informações sobre as propostas do atual Governo acerca da UEMG, em especial a perspectiva para aplicação de recursos financeiros durante a sua gestão e a relação das fundações agregadas com a implantação da Universidade; e 367/2003, da Comissão de Turismo, solicitando ao Presidente da Fundação João Pinheiro o envio a esta Casa dos documentos pertinentes às denúncias apresentadas em reunião desta Comissão, conforme cópia de requerimento anexo sobre os danos ao potencial turístico de Coronel Fabriciano, que se encontra ameaçado; e II - à apreciação dos Projetos de Lei nºs 9/2003, do Deputado Leonardo Quintão, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados nos contratos de serviços terceirizados e fornecimento em que participa a administração pública do Estado; 33/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza a veiculação de publicidade no encosto de cabeça das poltronas dos ônibus intermunicipais; e 96/2003, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre as certidões emitidas por repartições públicas do Estado; e à discussão e votação de pareceres de redação final; e a segunda, à apreciação da matéria constante da primeira, acrescida de: I - apreciação dos Requerimentos nºs 207/2003, do Deputado Leonardo Quintão, solicitando ao Secretário de Desenvolvimento Social e Esportes informações sobre os recursos destinados às entidades carentes, de assistência social, filantrópicas e de interesse público, com as especificações que menciona; 243/2003, da Comissão de Segurança Pública, solicitando ao Secretário da Fazenda o envio a esta Casa de documentos relativos à arrecadação e à aplicação das taxas destinadas à segurança pública para os exercícios financeiros de 2001 e 2002, especificando as execuções orçamentárias respectivas; 318/2003, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando à Corregedoria de Polícia Civil informações sobre a apuração de denúncias recebidas pela Ouvidoria de Polícia, quanto à prática de tortura e abuso de autoridade por parte do Delegado Titular da Delegacia de Polícia de São Gonçalo do Sapucaí e demais policiais civis lotados naquela Delegacia, bem como na cadeia pública de Três Corações; 373/2003, da Comissão de Saúde, solicitando ao Secretário da Saúde informações sobre a regularização do pagamento dos prestadores de serviços médicos de alta complexidade, que tiveram seus recursos reduzidos devido à suspensão do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação pelo atual Governo Federal; e 378/2003, do Deputado Dinis Pinheiro, solicitando ao Comandante do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais informações sobre o não-atendimento a vítimas na Lagoa da PETROBRAS, localizada no Município de Ibirité; e, II, dos Projetos de Lei nºs 116/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que proíbe depósito prévio para internamento em hospitais públicos e privados e dá outras providências; e 683/2003, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre o Fundo de Apoio Habitacional da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 20 de maio de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 65/2003

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria da Deputada Maria José Hauelsen, o projeto de lei em epígrafe institui a segurança obrigatória nos caixas eletrônicos.

Publicada em 22/2/2003, foi a matéria distribuída à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Vem agora o projeto à Comissão de Segurança Pública, para receber parecer quanto ao mérito.

Fundamentação

A proposição em análise visa a obrigar as instituições bancárias e financeiras que disponham de caixas eletrônicos para auto-atendimento a manterem pelo menos um vigilante em cada caixa ou em recinto que contenha mais de um caixa, pelo período integral de atendimento ao

público. Tal obrigação não se aplica aos caixas eletrônicos localizados no interior de estabelecimentos comerciais.

O Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, não alterou aspectos essenciais do objeto da proposição, tendo se limitado a aperfeiçoamentos de ordem técnica e formal.

Nos últimos anos, tem ocorrido um expressivo aumento das ocorrências policiais envolvendo usuários de caixas eletrônicos, em especial no período noturno. Novas formas de criminalidade violenta têm sido verificadas, tais como os denominados seqüestros-relâmpago, a clonagem de cartões eletrônicos, o arrombamento e mesmo a subtração dos próprios caixas eletrônicos. Tais ocorrências acarretam maior demanda das forças policiais, sabidamente sobrecarregadas, as quais se vêem obrigadas a deslocar efetivos tanto para o patrulhamento ostensivo das proximidades dos caixas eletrônicos quanto para a identificação e captura dos autores das condutas descritas.

Políticas de segurança pública eficazes devem ser baseadas no binômio prevenção/repressão. Conquanto a repressão à conduta criminosa seja monopólio estatal, a carga dos órgãos de segurança pública, a prevenção pode e deve ser desempenhada por particulares, em parceria com o Estado.

A presença de vigilância ostensiva nos caixas eletrônicos, prestada por empresas legalmente constituídas e devidamente fiscalizadas pelo órgão competente - no caso, o Departamento de Polícia Federal -, constitui importante medida de prevenção, capaz de contribuir para o aumento da segurança dos usuários. Cumpre lembrar que houve uma diminuição expressiva dos roubos a Bancos após a implantação de vigilância ostensiva e dispositivos de segurança nas agências e nos postos de atendimento das instituições financeiras, decorrente de obrigação imposta pela legislação federal e estadual.

Além de inibir a ação criminosa, a presença de vigilantes nos caixas eletrônicos apresenta a vantagem adicional de possibilitar que o efetivo policial seja deslocado para o patrulhamento de áreas prioritárias, o que implica um maior nível de eficiência na alocação dos recursos de segurança pública.

Ressalte-se, ainda, que a imposição legal que se pretende instituir ocasionaria significativa geração de postos de trabalho nas empresas de segurança privada, em razão do grande número de agências bancárias e postos de atendimento eletrônico existentes no Estado, os quais passariam a ser guarnecidos em tempo integral. A geração de empregos constitui, ainda que de forma indireta, outra relevante medida de prevenção à criminalidade e se reveste de maior importância no contexto socioeconômico que ora vivenciamos. Além disso, representa uma forma de compensação social pela maciça extinção de postos de trabalho decorrente da automação do sistema bancário, que contribuiu para o surgimento da espécie de violência que justifica a proposição em análise.

Finalmente, deve-se salientar que o aumento de custos decorrente da implantação da medida pode ser perfeitamente suportado pelas instituições financeiras, não só devido ao fato de seus serviços já serem remunerados pela cobrança de tarifas, mas, principalmente, em razão dos enormes lucros que o setor financeiro tem auferido nos últimos anos.

#### Conclusão

Por todo o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 65/2003 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2003.

Sargento Rodrigues, Presidente - Rogério Correia, relator - Domingos Sávio.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 189/2003

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

#### Relatório

O projeto de lei ora analisado, de autoria do Deputado Alencar da Silveira Jr., pretende seja declarada de utilidade pública a Lira Crucilandense Santa Cecília, com sede no Município de Crucilândia.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A Lira Crucilandense Santa Cecília é uma entidade civil sem fins lucrativos. Para atingir seus objetivos precípuos, mantém em sua sede administrativa uma escola para ensino gratuito da arte musical e para a formação ou o aperfeiçoamento de músicos; atende às autoridades do município nas programações que incluem atividades musicais, culturais e recreativas e procura atender a convites para apresentação em outras cidades.

#### Conclusão

Pelo aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 189/2003.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2003.

Leonídio Bouças, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 251/2003

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

## Relatório

O projeto de lei em análise, do Deputado Paulo Piau, visa declarar de utilidade pública a Associação dos Produtores de Vendinha - APV -, com sede no Município de Iraí de Minas.

Inicialmente, foi a matéria encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

## Fundamentação

A Associação dos Produtores de Vendinha, fundada em 22/4/88, é uma sociedade civil, constituída por pequenos produtores da comunidade, sem fins lucrativos, que tem por finalidade discutir e decidir sobre todos os aspectos que envolvem a agricultura, a pecuária e, em particular, a horticultura.

A defesa dos interesses dos pequenos produtores, o incentivo e a viabilização de projetos com vistas à geração de renda, além da implantação de programas de combate à fome e à pobreza, são, também, objetivos da entidade.

Além do mais, desempenha um papel vital no desenvolvimento da comunidade, pois administra as verbas, insumos e equipamentos destinados à horticultura e à criação de pequenos animais.

## Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 251/2003.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2003.

Gilberto Abramo, relator.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 15/5/2003

O Deputado Zé Maia\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a nossa presença nesta tribuna se dá em razão dos fatos ocorridos na tarde de ontem. Nos últimos 20 anos, temos visto o PT fazer oposição perniciosa para o País impedindo que o Brasil avance nas reformas e no desenvolvimento. Nas últimas eleições, vimos o PT fazer um programa de Governo, mas, ao ganhar as eleições, colocou em prática o contrário daquilo que pregava. Depois de colocar em prática todas as ações que o Governo do PSDB do Presidente Fernando Henrique havia implementado durante oito anos, colocando o Brasil no rumo do desenvolvimento, se não bastasse isso, assistimos a verdadeiro ato de covardia praticado por companheiros do PT, que aguardaram a saída de todos os membros do PSDB e do bloco que apóia o Governo do Plenário, para uma reunião com o Governador para, na nossa ausência, pelas costas, falar mal do PSDB.

Voltando a usar aquilo que já havíamos criticado desta tribuna, alguns membros do PT - e é importante não generalizar - insistem em manter o baixo nível nos seus pronunciamento na Casa, o que traz enorme prejuízo para o parlamento mineiro. Falaram aqui do "trio do mal" colocando como o principal alvo do seu discurso o chefe de Governo, Deputado Danilo de Castro, que, pela biografia, pela trajetória, pela humildade e pela correção, na vida pública há tantos anos, sem mancha nem mácula na sua atuação política, merece respeito, mas foi tido como um dos homens do trio do mal". Na verdade, S. Exa. está no trabalho e tenta recuperar a situação financeira de Minas para que possamos voltar ao desenvolvimento.

Chegaram aqui e chamaram-no de Rasputin, certamente querendo chamá-lo - como é conhecido no jargão vulgar da Rússia - de mulherengo debochado. Isso mostra o baixo nível a que chegou o PT, que tão bem conquistou o poder do País, com muita competência, mas que insiste no baixo nível dos debates.

Talvez o Rasputin a que se referiram, tenha sido aquele para o qual rezou, em 1906, aos pés da sua cama, a filha do Primeiro-Ministro Stolypin, quando ficou gravemente ferida por uma bomba, revelando posteriormente sinais de melhora. Talvez fosse melhor que entendêssemos ser esse o Rasputin citado. Ajudaria a resgatar a imagem dos membros do PT que insistem no baixo nível dos debates.

O parlamento mineiro não pode permitir isso. Caso isso venha ocorrer, temos de censurá-los e usar o Regimento Interno, com os rigores que deve ter; senão, nunca seremos respeitados. A imprensa não respeita o parlamento mineiro porque parte desse parlamento não se respeita. É preciso sermos respeitados lá fora, para que a imprensa nos respeite, pois aqui existem muitos homens e mulheres de bem. Entretanto, há elementos que denigrem e sujam a imagem do parlamento. Por isso somos tão mal vistos e mal falados pela imprensa e pela sociedade mineira. A Mesa desta Assembléia tem de usar com rigor o Regimento Interno, para que tenhamos nesta Casa adversários, Oposição e Governo, sempre se debatendo em alto nível.

Ontem foi dito nesta Assembléia, antes mesmo das reformas chegarem, que haveria a privatização do IPSEMG. Na verdade, essa matéria nem sequer será tratada na reforma que o Governo mandará hoje a esta Casa.

É bom destacar ainda que o PT que administra Ipatinga fez cortes iguais ou maiores do que os que o Governo do Estado está pretendendo para recuperar as finanças de Minas Gerais. Lá o PT cortou por ser importante e necessário. Temos de reconhecer isso. Mas vir fazer discurso fácil, da mesma forma como o fizeram durante 20 anos, dizendo que Fernando Henrique, quando queria taxar os inativos, queria taxar as velhinhas... O que o PT está querendo agora com os inativos? O que o PT fará com as velhinhas do Fernando Henrique?

O Deputado Chico Simões (em aparte)\* - Nobre colega Zé Maia, faço coro com V. Exa. quando diz que cada um de nós tem de fazer a sua parte para que o Poder Legislativo seja respeitado. Isso está acima de qualquer ideologia ou bandeira partidária. Mas, ao mesmo tempo, temos de saber o que valoriza este Poder.

Quando V. Exa. disse haver lideranças do PT - seguramente não sou eu - que chamaram alguém de Rasputin, colocou para a sociedade que

Rasputin tem uma faceta boa e outra ruim. Seria, no mínimo, colocar-se como adivinho ou ser supremo para saber qual faceta foi citada. Não dá para julgar, se realmente há duas interpretações sobre a mesma pessoa, mas o mais importante não é isso. O mais importante para valorizar o nosso Poder é realmente trabalharmos. Olhem quantos companheiros há neste debate! Deveria haver 77 Deputados, mas há apenas meia dúzia, o que nos torna vulneráveis e faz com que a imprensa não nos respeite.

Temos que chegar aqui para debater os problemas, principalmente propor soluções. Não é verdade o que diz sobre Ipatinga, mas, se a cidade cortou algo essencial, esse não é motivo para batermos palmas para o Governo do Estado. Isso está errado, temos que censurar os dois. Essa é função do Legislativo. Somos representantes da sociedade, e tenho a certeza de que nenhum de nós ganhou votos dizendo que cortaria na saúde ou na educação.

Gostam de dizer que o PT inviabilizou as mudanças, o que não é verdade, pois são apenas 51 Deputados entre 503. Agora dizem que estamos propondo o mesmo. Sendo assim, façam como o PT, assumam sua posição e votem contra as reformas, agüentando as conseqüências, como sempre o fizemos.

O Deputado Leonardo Quintão (em aparte) - O Deputado Chico Simões, companheiro de Coronel Fabriciano, disse que há poucos Deputados em Plenário, mas é bom explicar que muitos estão em comissões, das quais são membros, devendo participar das reuniões. Agora mesmo existem Deputados na Comissão do IPSEMG, para a qual me dirijo. Realmente, é necessária uma maior participação, mas, como Deputado novato, pude aqui conhecer bons homens, que aqui estão para fazer o bem. Precisamos de maior unidade, para mostrar à sociedade a importância do Legislativo, já que tudo vem até esta Casa, para ser discutido e transformado em lei.

Ontem, quarta-feira, cada bancada esteve com o Governador Aécio Neves. Nunca tinha visto Governador de Estado convocar as bancadas para discutir a necessidade de viabilizar mudança no Estado. Pude ver um déficit no orçamento de R\$2.000.000.000,00.

O que fazer se está faltando dinheiro? Há necessidade de revermos tudo, como está fazendo o Governador, que teve a coragem de assumir, para o ano de 2004, déficit de R\$1.400.000.000,00. Nunca tinha visto isso acontecer. Felizmente, agora temos a responsabilidade de assumir o problema e tocar o barco.

As mudanças virão para todos. Os Deputados e os servidores terão que abrir mão de certas coisas, de forma gradativa, para que não venha uma tesoura e corte a garganta, corte tudo, não dando condições de sobrevivência aos que dependem do Estado.

Venho defender os Deputados. Conheci muitos homens de bem, eleitos pelo povo, os quais lutam pelos interesses da comunidade que os elegeu.

O Deputado Zé Maia\* - O Deputado Leonardo Quintão lembra muito bem que o trabalho da Assembléia nem sempre se realiza no Plenário, pois há as comissões; e lembra também a importância da reunião entre o Governador e as bancadas, inclusive a do PT.

A grande maioria de Deputados e Deputadas são pessoas de bem e de alto nível. Entretanto, por causa da forma como algumas pessoas vêm se conduzindo, a imprensa tem criticado muito esta Casa.

Agradeço o aparte do Deputado Chico Simões. Pelo contexto das palavras proferidas ontem, no que diz respeito à imagem que se tentou passar de Rasputin, até uma criança de 2 a 3 anos teria percebido o seu sentido.

Com relação a Ipatinga, é importante lançarmos um desafio. Temos de tomar conhecimento da reforma realizada nessa cidade pelo Governo do PT, para sabermos a sua profundidade e poderem constatar que o que estamos dizendo é verdade ou não.

Destaco que o Presidente do PT tem pedido que a bancada esteja ao lado das reformas, porque, como condutor do partido que dirige o destino da Nação, sabe da importância delas para o País. Ele tem pedido às bancadas que tenham a sensibilidade para constatar a importância da aprovação das reformas, a fim de que o Estado reconquiste o seu espaço no Brasil, voltando ao desenvolvimento e a ser o segundo Estado mais rico.

Obrigado pela oportunidade. A iniciativa do Governador Aécio Neves ontem, de reunir as bancadas e, depois, mandar proposta, em respeito ao parlamento e em razão de ter sido Deputado por mais de 16 anos e Presidente da Câmara dos Deputados, foi de uma sensibilidade muito grande. Preferiu discutir primeiro as reformas antes de encaminhá-las a esta Casa. As reformas, embora necessárias, podem acarretar alguns desgastes, mas estamos absolutamente conscientes da sua necessidade, para que Minas Gerais volte ao crescimento.

Desta tribuna e do Plenário, apoiaremos as reformas, por mais difíceis que sejam. Temos de enfrentar essa realidade, para que, no futuro, os nossos filhos tenham condições de viver em um Estado melhor. Seremos criticados e cobrados pelos eleitores, mas temos de assumir os riscos e o compromisso. Estamos aqui para defender Minas Gerais, e não o interesse de alguns poucos privilegiados.

Há muitos questionamentos. Tenho visitado as bases eleitorais e percebido que pessoas, até da área da educação e com um alto nível de conhecimento, ainda têm dúvidas e pensam que o Governador do Estado decretou a nulidade do concurso público. Aproveito esta oportunidade para informar ao povo mineiro que essa decisão foi de um Juiz do Poder Judiciário. O Governador, por meio da sua Procuradoria, está recorrendo dessa decisão, para que o concurso seja mantido. A posição do Governador Aécio Neves é de manter o concurso dos professores. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e público que nos vê das galerias e pela TV Assembléia, mais uma vez, destaco as questões relativas à segurança.

"O Crime desafia a polícia". Essa parece ser a manchete preferida dos veículos de comunicação em todo o País ultimamente. Talvez desafie toda a sociedade. E, quando se pensa em Minas Gerais, que sempre teve uma das polícias mais eficientes, esse quadro torna-se assustador para todos aqueles que, direta ou indiretamente, estão envolvidos nesse processo. O problema da segurança é grave e não depende de soluções milagrosas, e sim de investimentos e reformas profundas.

Como representante dos servidores da segurança pública no Legislativo, tenho constantemente vindo a Plenário denunciar as dificuldades por que a classe vem passando.

Tenho procurado, junto aos representantes dos Governos do Estado e Federal, soluções para os problemas da segurança pública do nosso

Estado. Na semana passada, em audiência com o Governador Aécio Neves, expus a preocupação da classe com os impactos na capacidade operacional da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, em razão dos cortes anunciados pelo Governo nos orçamentos das corporações, da ordem de 20% e 30% respectivamente. Disse ao Governador que a classe espera do Governo, pelo menos, um reajuste imediato de 20% no salário dos policiais, mesmo índice dado ao salário mínimo, e investimento, em caráter de urgência, em equipamentos. Sugeri priorizar-se a compra de coletes à prova de bala e de armamentos para que os policiais tenham condições de combater a criminalidade no Estado e para que cada um use sua arma durante 24 horas.

Não é possível que os policiais saiam às ruas para enfrentar bandidos sem terem, no mínimo, esses dois equipamentos. Sem esse mínimo, estamos condenando nossos policiais à morte. Somente neste ano, perdemos 12 profissionais, a quem faço questão de render minhas homenagens:

No início do ano, perdemos o Soldado Wanderley Luiz Muniz, 31 anos, lotado na Cavalaria há oito anos, casado, pai de duas filhas, uma de 9 anos e outra de 7 anos. Foi assassinado no dia 1º de fevereiro, durante tentativa de assalto, no Bairro Cidade Nova.

O Cabo Heleno Nunes da Silva, 50 anos, lotado na 2ª Companhia Independente de Ribeirão das Neves, 29 anos de Polícia Militar, iria aposentar-se no final do ano. Foi brutalmente assassinado com cinco tiros no rosto, em 16 de fevereiro, quando chegava à sua casa, no Bairro Sevilha, na periferia de Ribeirão das Neves.

O Cabo Anderson Carneiro, 36 anos, lotado no Batalhão de Missões Especiais, 16 anos de Polícia Militar, casado, pai de dois filhos, um de 11 anos e outro de 7 anos. Foi fuzilado com dois tiros nas costas e três na cabeça, perto de sua residência, em uma das principais ruas do Bairro Cardoso, na região do Barreiro, no dia 19 de fevereiro.

O Soldado BM Elias Soares da Silva, que foi expulso no movimento de 1997 e reintegrado ao Corpo de Bombeiros Militar, lotado no 3º BBM, foi morto com quatro tiros no dia 19 de fevereiro, no Bairro Santa Mônica, na região da Pampulha.

O Sargento reformado Isaltino Alves da Silva, de 72 anos, maratonista por mais de duas décadas, colecionador de várias medalhas e troféus, foi morto no dia 7 de março, após tentar impedir assalto a um supermercado no Bairro Durval de Barros, na região oeste da Capital.

O Soldado BM André Luiz Cardoso Fernandes, 32 anos, lotado no 3º BBM, foi assassinado no dia 7 de março, menos de 12 horas após o assassinato do Sargento Isaltino, durante assalto a uma sorveteria no Bairro Palmital, em Santa Luzia. O bombeiro foi baleado no abdômen por dois ladrões, ao tentar impedir o assalto ao estabelecimento, e acabou falecendo.

O Detetive Alysson Antônio Barbosa dos Santos, solteiro, lotado na Superintendência de Planejamento e Gestão de Finanças, 12 anos de serviço, foi morto com um tiro na cabeça, no dia 23 de março, ao tentar acabar com uma briga entre duas gangues em um bar, no Bairro Caiçara.

O Soldado Fernando Augusto Araújo, 36 anos, lotado no 16º BPM, servia no Hospital da Polícia Militar de Minas Gerais e foi morto no dia 26 de abril, em um ponto de ônibus, no Bairro São Geraldo, região leste da Capital, ao tentar prender três criminosos que assaltavam um açougue. O policial que completava quatro meses de casamento foi atingido no pescoço e no peito.

O Soldado Geraldo Ferreira Leal, 41 anos, foi morto no dia 27 de abril, com um tiro à queima roupa nas costas, infelizmente pela própria mulher.

O Soldado Flávio Luiz Fernandes Ferreira dos Santos, 29 anos, casado, lotado na 14ª Companhia do 13º BPM, foi baleado na cabeça durante tentativa de assalto, na noite de 4/5/2003, em um pesque-e-pague, na Fazenda Severina, em Ribeirão das Neves. Estava de folga, à paisana, quando cinco assaltantes invadiram o local, e um deles efetuou o disparo atingindo-o na cabeça.

Devido à gravidade dos ferimentos, Flávio faleceu no dia 8 de maio, deixando dois filhos, de 4 e de 7 anos.

O Detetive Cláudio Cândido da Silva morreu na noite do dia 10 de maio, no Bairro Jardim dos Bandeirantes, em Contagem, baleado no peito ao reagir a um assalto. Mesmo ferido, o policial conseguiu atingir o assaltante com dois tiros, um no peito e outro no ombro. Levado ao Pronto-Socorro João XXIII, Cláudio não resistiu aos ferimentos.

O Soldado José Heraldo Ribeiro Almeida, 33 anos, lotado na 133ª Companhia do 18º Batalhão, foi morto na madrugada de hoje, no Bairro Santa Helena. Ele estava de folga, quando três homens, em um Corsa, pararam em frente ao local onde o militar se encontrava. Um deles desceu do veículo e anunciou o assalto. O Soldado reagiu, entrando em luta corporal com um dos assaltantes, acabando baleado nas costas pelos outros, que fugiram. Ele será enterrado hoje, às 16 horas, no Cemitério da Paz. Deixou viúva e duas filhas, uma de 3 e outra de 13 anos. Lembrando ainda que o Agente Penitenciário Edinaldo Fernandes Rodrigues continua em estado de coma, desde o dia em que foi ferido durante a rebelião na Penitenciária Nelson Hungria, em Contagem.

Que as famílias desses bravos profissionais, que morreram defendendo o ideal de proteger a sociedade da criminalidade, possam receber nossa solidariedade e o apoio deste parlamentar que bem conhece a rotina e os anseios de quem convive diariamente com o perigo. Que outras famílias não tenham de passar por esse sofrimento e que não tenhamos, a cada semana, de enterrar mais um companheiro.

Lembro também que, além dessas mortes, contabilizamos diversas tentativas de homicídios contra policiais, que, felizmente, apesar de terem sido feridos, conseguiram sobreviver. Sem deixar aqui de considerar todos os cidadãos que perderam suas vidas devido às falhas na segurança pública.

Atualmente, a violência em nosso Estado, especialmente em Belo Horizonte, tem afetado os direitos básicos de qualquer cidadão: o direito ao trabalho, à educação, à saúde e à vida. A sociedade está assustada e acuada, vendo seus direitos de livre locomoção e permanência em áreas públicas não serem mais garantidos. Em menos de uma semana, dois ônibus foram totalmente queimados, uma cabine da Polícia Militar metralhada, e policiais fardados estão sendo assaltados. Se o próprio policial agora é vítima de assaltantes, como fica a população?

Mais uma vez venho reforçar: para que essa situação mude é preciso investimento, a fim de que possamos retomar a eficiência tanto das nossas Polícias quanto do Corpo de Bombeiros Militar e, principalmente, a consciência de que investir em segurança pública não é barato. O poder público está sendo afrontado e testado diariamente pelos criminosos, e a questão de segurança pública não pode mais ficar em terceiro plano. Deve ser considerada tão importante quanto a saúde e a educação, para o desenvolvimento do País.

Com a adesão de Minas Gerais ao Plano Nacional de Segurança Pública, que aconteceu na última terça-feira, no Palácio da Liberdade, com a

presença do Ministro Márcio Thomas Bastos, esperamos que os recursos do Governo Federal sejam liberados com urgência, para que o plano seja efetivamente colocado em prática. Como já é do conhecimento de todos, a Polícia de Minas Gerais e o Corpo de Bombeiros Militar estão sucateados, já que há quatro governos não se faz nenhum investimento no aparelhamento dessas corporações, justificado por novas prioridades.

É preciso que os governos deixem de lado seus discursos impotentes e reuniões infinitas e tomem atitudes concretas. Tenho cobrando também do Governo Federal, além do empenho na liberação desses recursos, o apoio na aprovação de 23 projetos de lei e 2 emendas à Constituição, que foram elaborados logo após as mortes do Prefeito de Santo André, Celso Daniel, e do de Campinas, Toninho do PT, os quais tramitam até hoje no Congresso Nacional. Apesar da mobilização de alguns Deputados Federais, a votação dos projetos relacionados à segurança pública vem sendo ofuscada pelas reformas previdenciária e tributária.

Mais uma vez temos visto a segurança não ser priorizada. O Senador Magno Malta, do PL, Espírito Santo, que foi Presidente da CPI do Narcotráfico, disse que a segurança pública vem sendo tratada com irresponsabilidade e pediu mais agilidade nos debates e votações.

O Deputado Federal Moroni Torgan - PFL-CE - disse ao jornal "O Tempo" que os parlamentares ficaram frustrados com a questão do combate à violência e à criminalidade. Ele lembrou que, depois da morte de Celso Daniel e a instituição da Comissão Mista Temporária, a Câmara criou a atual Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, da qual ele próprio é o Presidente, mas, mesmo depois de serem selecionados os projetos de urgência e de estarem as matérias prontas para a ordem do dia, a apreciação e a votação, poderão, mais uma vez, ser adiadas. Moroni alertou que já não adianta criar uma comissãozinha, porque a sociedade quer - e precisa - ver mudanças reais. E é isso que nós, de Minas Gerais, também queremos: atitude. Não queremos ver nosso Estado transformar-se em um Rio de Janeiro ou em um São Paulo, no que diz respeito ao crescimento desenfreado da criminalidade. Se é que isso não está muito próximo de ocorrer, pois, somente nesse final de semana - o mais violento do ano - pelo menos 27 pessoas foram assassinadas em 48 horas.

Acredito que o Governador Aécio Neves terá a sensibilidade para enxergar que a percepção superficial do crescimento da violência em Minas Gerais tem como questão central o investimento no material humano. A auto-estima e a motivação são a espinha dorsal e o elemento central para a reestruturação das instituições responsáveis pela segurança pública. Iremos trabalhar incansavelmente para defender os direitos da nossa classe, que já se encontra tão prejudicada e não pode perder mais nada. Mais uma vez reforço o meu apoio e a minha confiança em que o Governador Aécio Neves irá resolver essas questões e retomar o controle da Segurança Pública no Estado.

Fiz questão de ler o nome dos policiais militares e civis e dos Bombeiros mortos, num total de 12. Seis sofreram tentativas de homicídio só este ano, no Estado. Se um marginal, um delinqüente, está matando e ferindo policiais, matará e ferirá o cidadão comum facilmente. Isso é um aviso. Se um cidadão policial foi assaltado na motocicleta de serviço, estando fardado e tendo a arma, o rádio transmissor, a motocicleta e o colete à prova de balas roubados, é sinal de que o respeito à autoridade está sendo quebrado.

É necessário que o Governo aja com rigor. A resposta tem de ser dada. Aqueles que têm o poder de polícia, que têm porte livre de arma, estão sendo mortos no confronto. Como fica o cidadão que sai de casa para passear, ir à igreja, levar o filho ao posto médico, à escola? O fato de termos policiais mortos fora do serviço é uma estatística ainda mais preocupante. Ao se tomar conhecimento de que é policial, a morte é instantânea.

É necessário que nos debruçemos sobre o assunto. Segurança pública é cara. O Governo tem de entender isso e tratá-la com prioridade. Não há preço que pague a vida de um cidadão morto por um marginal. Esperamos que o Governador Aécio Neves tome providências para que possamos garantir a vida do cidadão e, antes de tudo, a segurança daqueles que fazem a segurança no Estado. Obrigado.

O Deputado Doutor Ronaldo - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados - os presentes e os que se encontram nas comissões, porque o Plenário vazio não representa ausência dos parlamentares, visto que estão todos trabalhando no prédio -, senhoras e senhores, telespectadores da TV Assembléia, peço desculpas à assessoria da Mesa pela forma incorreta como agi ontem, quando deveria ter feito este registro.

Dois registros trouxeram-me, hoje, a esta tribuna. O primeiro é de grande apreensão. Nesse fim de semana, houve muita inquietação em Sete Lagoas e Caetanópolis: circularam rumores sobre o fechamento das fábricas da Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, em ambos os municípios. São 1.500 trabalhadores que temem ficar desempregados. Serão centenas de famílias que enfrentarão as dificuldades financeiras e o abalo moral que o desemprego traz. A imprensa local vem dando repercussão às últimas informações, ainda não confirmadas, de que o fechamento seria parte do planejamento dessa empresa, para centralizar as atividades de produção em Pirapora, na área da SUDENE.

Os Municípios de Sete Lagoas e Caetanópolis serão duramente atingidos não só pelo problema social, mas também pelos reflexos sobre a arrecadação de tributos municipais. Requeremos à Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social a realização de audiência pública para que esta Casa possa se inteirar da situação, ouvindo os Prefeitos dos citados municípios, bem como os representantes da empresa e dos trabalhadores. O Presidente da Comissão, Deputado Célio Moreira, já está a par da questão e manifestou o seu empenho na apuração dos fatos, tendo aliás assinado comigo o requerimento. Gostaria de poder contar com o interesse e o apoio dos meus pares nesse debate democrático que estamos propondo.

Será muito tranquilizador para todos os interessados se, na audiência, a empresa puder esclarecer que são infundados os rumores. Caso a realidade seja diferente, será o momento adequado para buscarmos as soluções que possam minimizar as conseqüências de uma possível desativação daquelas unidades, de modo a evitar o desemprego de tantos trabalhadores. O País atravessa um momento difícil em termos de oportunidades de trabalho. Em Sete Lagoas a situação não é diferente. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego revelam que, em dezembro de 2002, o total de admissões em Sete Lagoas foi de 739 e o número de desligamentos foi muito maior, chegando a 906. Conforme registro do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados daquele Ministério, em 2002, foram admitidos no município 11.590 e desligados 10.186. Restaram, pois, dos mais de 11 mil admitidos, apenas 1.404 trabalhadores, número que pode ser considerado ínfimo para um município do porte de Sete Lagoas.

A Cedro e Cachoeira tem hoje, aproximadamente, 1.250 empregados em Sete Lagoas e outros 250 em Caetanópolis. É muito preocupante imaginar esse contingente de trabalhadores avolumando as estatísticas de desemprego nos mencionados municípios. Ainda mais preocupante é imaginar o drama desses trabalhadores e de suas famílias, o enorme impacto social do desemprego e a falta de perspectiva de reaproveitamento dessa mão-de-obra específica da atividade têxtil. Espero, firmemente, que logo tudo esteja esclarecido e que esse momento de incerteza seja superado.

O segundo registro que farei é motivo de orgulho para os mineiros. Estive, recentemente, visitando a Academia de Polícia Civil. Fui gentilmente recebido pelo Diretor, Dr. João Lopes, pelo Coordenador Administrativo, Dr. Jorge Wagner Ribeiro Barbosa e pelo Diretor do Instituto de Criminologia, Dr. Simeão Lopes. Tive oportunidade de conhecer as suas bem cuidadas dependências: as salas de aula, a biblioteca, o auditório, a praça de esportes e uma gráfica de primeiro mundo.

A ACADEPOL vem sendo muito bem dirigida, desde 1999, pelo Dr. João Lopes. Dedicado e idealista, está sempre aperfeiçoando e ampliando a área de atuação daquele estabelecimento exemplar.



O "campus" da Academia se alinha aos melhores do ensino superior do nosso País e oferece aos alunos os recursos mais modernos, o espaço e o conforto que favorecem o aprendizado. Ali são formados os novos policiais, em todas as carreiras. Após o processo de recrutamento e seleção, é ministrado o curso, com carga horária mínima de 720 horas/aula. Também é oferecida a preparação para a chefia policial, habilitando Delegados de Polícia, Médicos-Legistas, Peritos Criminais, Escrivães de Polícia e Detetives para ocuparem cargos de gestão. Outro curso muito procurado é o de formação de condutores, nas categorias A, B, e D. Tanto a formação quanto a reciclagem voltam-se diretamente para a melhoria do desempenho funcional.

Todas as carreiras policiais têm acesso aos cursos de atualização e reciclagem, envolvendo, entre outros aspectos, investigação policial, criminalística, direito e legislação, direitos humanos e ética profissional. Outro curso muito procurado é o de táticas operacionais, que visa dotar as unidades regionais de polícia de unidades próprias de operações especiais.

Com o intuito de melhorar o desempenho das funções policiais, a ACADEPOL oferece cursos de artes marciais e defesa pessoal, direcionados para o condicionamento físico e psicológico dos policiais, e o curso de manejo e emprego de armas de fogo, garantindo ao agente a oportunidade de treinamento em tiro e a reciclagem sistemática, com a utilização de diferentes tipos de armas. Existe ainda a reciclagem profissional, destinada aos servidores policiais com dificuldades de adaptação funcional, e a concorrida habilitação em informática, em módulos seqüenciados, que garante a informatização em todas as áreas de atuação da Polícia Civil. Os policiais que desejarem podem ali freqüentar cursos de idioma. São ministrados os cursos de português instrumental, redação oficial, língua inglesa e espanhola.

A especialização "lato sensu" em Criminologia é aberta à comunidade e destinada a pessoas com habilitação de 3º grau, nas áreas de direito, pedagogia, psicologia, medicina, ciências sociais e serviço social. Em parceria com a PUC-MG, por intermédio do Instituto de Educação Continuada, o curso tem duração de dois períodos e apresenta excelentes índices de aproveitamento.

O moderno setor gráfico da ACADEPOL atende às demandas de todas as áreas da Polícia Civil, incluindo a tiragem do Boletim Informativo. São ali produzidas apostilas para cursos, cadernos de provas para concursos, cartazes, cartões, convites, diplomas, "folders" institucionais e impressos diversos. Tudo isso com qualidade e rapidez.

A Academia também atua integrada com a comunidade, especialmente no âmbito da Vila Embaúbas, na Zona Oeste de Belo Horizonte, oferecendo espaço para práticas esportivas, como futebol e atletismo. São realizados ainda os jogos estaduais para portadores de deficiência, dentro do projeto SUPERAR, com público estimado de 200 participantes.

Outro trabalho muito importante é o seminário direcionado para docentes e outros servidores das escolas de ensino fundamental, sensibilizando-os como agentes multiplicadores na prevenção ao uso de drogas. Tais eventos já contam com 2.540 participantes.

Em parceria com a Secretaria da Justiça, hoje Subsecretaria de Administração Penitenciária, são realizados os cursos de formação e aperfeiçoamento de agentes penitenciários.

A ACADEPOL desenvolve inúmeras outras atividades e se inscreve como estabelecimento modelar no País. Está em andamento o primeiro treinamento integrado para policiais civis e militares, e tenho certeza de que será um sucesso.

A Academia tem recebido em seus cursos policiais de outros Estados, em busca da excelência de seu trabalho.

Cumprimento o Dr. João Lopes, sua equipe, o Chefe da Polícia Civil, Dr. Otto Teixeira Filho e o Secretário da Defesa Social, Desembargador Lúcio Urbano da Silva Martins.

O Governador Aécio Neves conta com esse importante instrumento para garantir aos mineiros segurança pública de alto nível e grande eficiência, como meta do seu pioneiro Plano Estadual de Segurança Pública.

Aproveito a oportunidade para registrar a postura do Ministério Público em relação ao leite. Quando todos pensam que a CPI do Leite, bem presidida pelo ex-Deputado João Batista de Oliveira, ficou no esquecimento, perdem a lembrança de que, no Brasil, tudo anda devagar. Parabenizo os membros do Ministério Público por sua atuação, incluindo a pressão feita no tocante ao custo e à embalagem do produto. Muito obrigado.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 20/5/03, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/03/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Fahim Sawan

exonerando Edi Lamar Miranda da Paixão do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

exonerando Victor Paranaíba Campos do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas.

Gabinete do Deputado Sidinho do Ferrotaco

exonerando Bruna dos Santos do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas.

### Termo de Aditamento

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Secretaria Especial de Informática do Senado Federal. Objeto: acesso aos bancos de dados do SICON - Sistema de Informação do Congresso Nacional. Objeto deste aditamento: Prorrogação contratual. Dotação orçamentária: 339039 127. Vigência: 12 meses, a partir de 7/5/2003.

## Termo De Aditamento

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Tipomagraf Indústria e Comércio de Máquinas Gráficas Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenções preventivas e corretivas de equipamentos de equipamentos gráficos. Objeto deste aditamento: prorrogação sem reajuste contratual. Dotação orçamentária: 01.122.001.2-127.0001 33903900. Vigência: 12 meses, a contar de 13/6/2003.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/2003

Convite nº 5/2003

Em 20/5/2003 - Objeto: contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, pelo período de 12 meses, em equipamentos de informática da ALEMG, compreendendo microcomputadores padrão IBM-PC e impressoras matriciais, jato de tinta e laser de 8 ppm. - Licitantes habilitadas: 1 - Atende Suprimentos Ltda. 2 - TechCOM Tecnologia e Informática Ltda. 3 - Dígitus - Indústria Comércio e Serviços de Eletrônica Ltda. 4 - Tecnosys Informática Ltda. 5 - Sat Serviços de Informática Ltda. 6 - Cobra Computadores e Sistemas Brasileiros S.A. 7 - Procedata Informática Ltda. 9 - Cyclus Informática Ltda. e 10 - Itautec Comércio e Serviços S.A. - Licitante inabilitada: 8 - Complex Sistemas e Consultoria Ltda.